

Governo envia sexta-feira a mensagem da Constituinte

Foto de Geraldo Viola

Brasília — Na próxima sexta-feira, às 11 h, no Palácio do Planalto, o Presidente José Sarney fará aos dirigentes do Congresso Nacional o anúncio solene da mensagem de convocação da Assembléia Nacional Constituinte, que será instalada a 1º de fevereiro de 1987. Sarney entregou ontem a minuta do projeto ao Ministro da Justiça, Fernando Lyra.

A minuta, de apenas quatro artigos, não faz referência aos 23 senadores eleitos em 1982, que têm mandato até 1990 (mas não se sabe se terão poderes constituintes), mas define critérios para a escolha do presidente da Constituinte. Essas questões serão discutidas hoje, no Planalto, durante a reunião do conselho político do Governo, antes da redação final do texto que será enviado ao Congresso.

A solenidade de sexta-feira terá a presença dos ministros de Estado, dos presidentes da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães; do Senado, José Fragelli; do Supremo Tribunal Federal, José Carlos Moreira Alves, e de remanescentes da Constituinte de 1946. O Ministro da Administração, Aluizilo Alves, é um deles. Outro é o Deputado Magalhães Pinto (PDS-MG), que está doente e não poderá comparecer.

Estarão presentes, também, os juristas Sobral Pinto, Afonso Arinos, presidente da comissão que fará o anteprojeto de Constituição, e Herman Baeta, presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). A solenidade será no mezanino do salão nobre do Planalto.

Segundo o Ministro Fernando Lyra, a minuta do projeto de convocação "é simples e objetiva" e delegará à própria Constituinte, através de seu regimento interno, a definição de horários (para compatibilizar as funções de Congresso ordinário e Constituinte) e outros detalhes de funcionamento.

Em menos de 30 linhas, a mensagem do Executivo define que integrarão a Constituinte os parlamentares eleitos em 15 de novembro de 1986 para o Congresso. Estabelece como será presidida, até que o regimento interno seja criado e fixa o prazo de duração — "cerca de um ano", admitiu Lyra.

O Ministro da Justiça foi chamado às 9h ao Planalto, para receber a minuta da mensagem. De lá, foi para a Câmara, onde entregou uma cópia ao Deputado Pimenta da Veiga, líder do PMDB. Falou por telefone com o líder do Governo no Congresso, Senador Fernando Henrique Cardoso, que estava em São Paulo, e, à noite, enviou outras cópias para as casas dos Senadores Carlos Chiarelli e Humberto Lucena, líderes do PFL e PMDB no Senado.

Se for aprovado pelo conselho político — e o Ministro acha que será — a minuta do Governo será discutida com os demais partidos: PT, PDT, PTB e PDS. A mensagem poderá sofrer emendas no Congresso, mas até sexta-feira — quando será levada ao Congresso por um assessor do Gabinete Civil — o Governo pretende ter recebido e analisado todas as sugestões.



Flávio Peixoto prometeu enviar subsídios pedidos por Arinos

Anteprojeto tratará da ecologia

O Ministro de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Flávio Peixoto, pediu ao jurista Afonso Arinos, no Rio, que incluía, no anteprojeto da Constituição dispositivos sobre as questões urbana e ecológica. Afonso Arinos observou que as Constituições pós II Guerra Mundial passaram a tratar desses problemas e se comprometeu a ajudar o Ministro.

Flávio Peixoto, que considera seu Ministério o da "cidadania plena", disse que o problema urbano ocupa o primeiro lugar em suas preocupações porque abrange 70% da população do país. O Ministro ficou de mandar subsídios sobre o assunto para o presidente da comissão que fará o esboço da nova Constituição.

Comissão

Na noite de ontem, Afonso Arinos encaminhou ao Presidente José Sarney, através de seu filho, Francisco de Melo Franco, a lista dos nomes que vão compor a comissão, que calcula entre 30 e 40.

Ele revelou que os escolhidos não foram consultados, portanto, têm todo direito de recusar o convite. A comissão terá três vice-presidentes — para o Norte, Centro e Sul do país — e será formada por três grupos: consultores, assessores e componentes. Os nomes serão anunciados pelo Presidente Sarney, que poderá fazer alterações na lista.

Afonso Arinos confirmou a participação do ex-Senador Paulo Brossard na comissão — o único nome, até agora, não indicado por ele — e do diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, Coronel Luiz Araripe, cuja escolha tem causado muitas controvérsias. "Ele é um dos

militares mais brilhantes da sua geração e é um homem da minha inteira confiança", disse ao justificar a escolha do Coronel.

— Mas ele não participou dos últimos governos militares? — quis saber um repórter.

— Quantos participaram de governos revolucionários e estão aí? Eu não participei de nenhum deles — respondeu Arinos.

Segundo ele, a comissão será formada por representantes da OAB, ABI, Igreja Católica — leigos indicados por cardeais progressistas e conservadores — e sindicalistas, e não terá nenhum empresário e nem político com mandato.

Quanto às críticas que a OAB vem fazendo à comissão por considerá-la um grupo de notáveis que tende a anular a participação popular no projeto da Constituição — disse que as vê com indiferença.

— É preciso lembrar — ressaltou — que a comissão não fará o projeto da Constituição, só o anteprojeto, por delegação da Presidência da República. Nunca houve nenhuma Constituição, em todos os tempos e em qualquer país, que não fosse elaborada por pessoas que conheçam o assunto. A participação popular está garantida no processo de escolha dos constituintes.

Afonso Arinos acha, contudo, que a Justiça Eleitoral terá que criar mecanismos para conter a influência do poder econômico na eleição para a Assembléia Nacional Constituinte. Ele está convencido de que o capital nacional, "os países industrializados e os do Leste Europeu" vão tentar influir no resultado do pleito.